



**III Seminário Nacional de História e
Contemporaneidades
Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos**

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

**Processo de autoafirmação étnica de moradores do Sítio Poço Dantas na cidade de
Crato- CE**

Miscilane Costa Silva¹

Universidade Regional do Cariri-URCA

E-mail: miscicisso@gmail.com

Antonio Marcos Torres²

E-mail: marcostores@bol.com.br

Renata Marinho Paz³

Universidade Regional do Cariri-URCA

E-mail:rmarinhopaz@gmail.com

Este trabalho almeja realizar uma análise do processo de construção identitária vivenciado por moradores do Sítio Poço Dantas, localizada no distrito de Monte Alverne situado a aproximadamente 25 km da sede da cidade de Crato. Estes sujeitos alegam pertencer à etnia Kariri, grupo indígena que habitou durante muito tempo a região. Segundo relatos dos mesmos, esse processo de mobilização teve início em 2007 com a chegada de uma pesquisadora que, durante os anos de 2007 a 2014, auxiliou-os na articulação coletiva em prol do alcance desse reconhecimento e da constituição de uma entidade representativa.

O campo de estudo sobre a luta por reconhecimento, vivenciada por diversos grupos étnico-indígenas nordestinos após a década de 1980, há algumas décadas tem se firmado nos debates das Ciências Sociais. Nele, eclodem diferentes discussões

¹ (Autor)

² (Coautor 01)

³ (Orientadora)



referentes ao surgimento dessas novas formas de organizações políticas e de estratégias de afirmação baseadas na etnicidade.

A compreensão do processo de formação identitária dos índios do Nordeste se deu, entre outros motivos, em função de uma variação teórico-metodológica assumida por pesquisadores antropólogos. Estes passam a atuar com a inserção desses novos sujeitos políticos, até então invisibilizados por uma literatura que muitas vezes essencializava a figura do índio. Estereótipos criados a partir dessa ideia essencialista permeiam até hoje o nosso imaginário social.

Esses supostos índios eram figurados como seres isolados, que viviam da caça, da pesca e com traços físicos distintos, limitando o reconhecimento político e a inserção de “novos” agentes como “objetos” a serem estudados. Assim, essa presença étnica não podia mais ser reduzida a um arquétipo nacional representado por grupos indígenas situados na região da Amazônia.

Ainda hoje as tensões sobre a legitimidade identitária dessas comunidades se fazem presentes, impossibilitando esse reconhecimento, muitas vezes entre os próprios antropólogos, ainda que alguns estudos estejam conseguindo superar tal realidade. Esse fenômeno se dá em função da crença essencialista de que, se comparados com os grupos indígenas no Norte do Brasil, os grupos indígenas do Nordeste são vistos como meros descendentes e remanescentes, não podendo assim ser reconhecidos como coletividades e possuidores de uma herança cultural consistente, tidas como populações marginais, totalmente aculturadas e que perderam uma legítima e suposta pureza cultural originária.

Como então explicar frente a esse discurso a emergência dessas novas identidades? Bartolomé (2006) nos ensina que o conceito de etnogênese tem sido usado



para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos. Dentre as várias compreensões sobre o processo de etnogênese, buscaremos pensá-lo como uma possibilidade de construção de uma identificação compartilhada, baseada em uma tradição preexistente ou formulada para sustentação da ação coletiva, resultando da necessidade de articulação frente a um embate, necessário por exemplo, ao alcance de determinadas políticas públicas.

Ao analisar como os estudos sobre etnicidade ganharam espaço dentro do campo antropológico, Oliveira (1998) acentua que nos processos de reconhecimento identitário vivenciados por diferente grupos, a identidade deve ser percebida sob o referencial do “reconhecimento político”. Novos sujeitos políticos aparecem a partir do momento que eclodem e que se reconhecem como tais. As identidades étnicas devem ser percebidas em decorrência da oposição, do contraste, da negação de alguns traços que identifica o “outro”, e que por sua vez reafirmaram essa identidade e articulação coletiva.

Cabe ressaltar que processos semelhantes ao experienciado em Poço Dantas foram e estão sendo vivenciados por vários grupos indígenas nordestinos, (Tuxas, Tremembés, Truká, Kanindé, Potyguara, etc.) o que nos leva ao que Grunewald (2008), mesmo considerando as especificidades vivenciadas e agenciadas por cada grupo, acentua como existência de uma ‘indianidade’ nordestina. Mas, afinal, o que há de comum entre esses grupos?

Assim como em outros estados

No Ceará cristalizou-se a ideia da não existência de índios no estado. Os grupos indígenas, neste contexto, vivem um contínuo jogo de luta simbólica em torno de sua afirmação étnica. A consolidação de um discurso de negação da indianidade destes povos se dá de forma mais premente a partir da lei de terras, nº 6001, de 1850, que tratava de



medidas relativas à ordenação da estrutura fundiária no Brasil imperial (TÓFOLI, 2009, p.214).

Conforme Oliveira (1998): “Antes do final do século XIX, já não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste”. Tal silenciamento, perdurou por boa parte do século seguinte e aos poucos foi sendo rompido. Assim, essas novas formas de lutas étnicas passam a ganhar visibilidade principalmente na década de oitenta do século XX, momento em que alguns grupos étnicos começam a lutar pelo reconhecimento e pela garantia do acesso à terra.

Em Poço Dantas, as reivindicações de um reconhecimento étnico estão sendo desempenhadas e protagonizadas por pessoas pertencentes à Família Cariri, por meio de uma rede tecida em função de um processo de articulação coletiva e da tentativa de legitimação de uma memória. Com essa linha de raciocínio, nos propomos a compreender como esses sujeitos pertencentes à Família Cariri estão agenciando o processo de autoafirmação na busca pelo reconhecimento dessa identidade indígena. Pensando nas redes desencadeadas durante o mesmo, buscamos perceber como e quais relações que estão sendo tensionadas e articuladas na construção de uma memória amparada na etnicidade.

Para desenvolvimento do trabalho optamos pela atuação frequente na comunidade com um calendário de visitas quinzenais. A partir dessas visitas tem sido possível tecer diversos diálogos com moradores e personagens externos que estão



diretamente ligados a essa mobilização, temos como principal aparato metodológico o uso de entrevistas semiestruturadas com caráter individual e grupal.

Mediante o trabalho de campo realizado até o presente momento, serão pontuadas algumas considerações que, para nós, apresentam-se como chaves para reflexão sobre o processo de construção identitária dos índios Cariris de Poço Dantas. O primeiro ponto a ser destacado consiste em refletir sobre a articulação desses sujeitos, levando em conta que se trata de um processo relativamente recente, visto que a mobilização e afirmação como indígenas segundo alguns relatos se deu de fato em 2007.

Mesmo a pesquisa estando em andamento, conseguimos demarcar alguns pontos relevantes a serem analisados no decorrer do trabalho. Foi possível observar nas falas dos agentes entrevistados uma predominância do discurso sobre a saída de um estágio de negação para aceitação da identidade indígena o que, segundo os mesmos, possibilitou a articulação coletiva. Acentuaram também a necessidade de um “resgate” de determinados costumes que caíram no esquecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Etnogênese; Família Cariri; Identidade étnica.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: Velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v.12, n.1, p. 39-68, 2006.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Cultura indígena no Nordeste em panorama. **Revista de Ciências Humanas e Artes ISNN**, v.14, n, 1/2, jan/dez., 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.4, n.1, p.47-77, 1998.

TÓFOLI, Analu. **Retomadas de terras Tapeba**: entre a afirmação étnica, os descaminhos da demarcação territorial e o controle dos espaços. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: SECULT/ Museu do Ceará/ IMOPEC, 2009. p.213-232.

.